



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

**PROCESSO** : 20192701900024  
**RECURSO** : DE OFÍCIO Nº 0550/2020  
**RECORRENTE** : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.  
**RECORRIDA** : 2ª INSTÂNCIA/TATE/SEFIN.  
**INTERESSADA** : R. R. DE OLIVEIRA COM. DE COMB. ME.  
**RELATOR** : JULGADOR - ROBERTO VALLADÃO ALMEIDA DE CARVALHO  
**RELATÓRIO** : Nº 297/21/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

**02 – VOTO DO RELATOR**

A autuação ocorreu em razão de o sujeito passivo apresentar a Escrituração Fiscal Digital – EFD com omissão de registros obrigatórios ou específicos, no ano de 2016, de saída de nota fiscal eletrônica. Foram indicados para a infringência os art. 173, §1 c/c art. 311 c/c art. 406-C todos do RICMS/ RO aprov. Dec. 8321/98 e para a penalidade o artigo 77, inciso X, alínea “o” da Lei 688/96.

A autuada foi cientificada pessoalmente em 15/03/2019 conforme fl. 02. Apresentou sua Defesa Tempestiva em 15/04/2019, fl. 36-50. Posteriormente a lide foi julgada improcedente em 1ª Instância, conforme decisão às fls. 52-55 dos autos. A decisão singular foi notificada ao sujeito passivo em 14/09/2020, por meio eletrônico via DET, conforme fl. 59.

O Recurso de Ofício versa sobre o registro de NFes 5929/6929 com valores zerados no Livro de Saídas da EFD, sendo que elas foram emitidas com o campo de valor total preenchido com valores diferentes de zero. O autuante foi cientificado e decidiu não se manifestar fls. 56-58.

É o breve relatório.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS  
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

**02.1 – DA ANÁLISE DOS AUTOS E FUNDAMENTOS DO**

**VOTO**

A exigência fiscal ocorre em razão de o sujeito passivo deixar de preencher campos obrigatórios da sua escrita fiscal digital quando, pois emitiu NFe com os valores destacados porém foram registrados como zero. A decisão de improcedência da primeira instância foi cientificada pelo DET em por via postal em 14/0/2020.

O Recurso de Ofício versa sobre o registro de NFes 5929/6929 com valores zerados no Livro de Saídas da EFD, sendo que elas foram emitidas com o campo de valor total preenchido com valores diferentes de zero. O autuante foi cientificado e decidiu não se manifestar fls. 56-58.

Foi acostado no PAT: Planilha dos valores da notas fiscais eletrônicas com a respectiva chave de acesso emitidas, escrituradas no SPED e a diferença de valor entre eles comprovando que houve registro de valor a menor, fls. 03-08, Documento da Secretária de Finanças – Cruzamento da NFe – SPED – FISCAL, fls. 09-19, DFE 20172501900009, fl. 20, Termo de Início de Ação Fiscal, fl. 21, Documento do Processo aberto no DET, fl. 22, FAC, fls. 23-24, Certidão, fls. 25, Termo de Devolução de Documentos, fl. 26, Termo de Encerramento de Ação Fiscal, fl. 27, Termo de Juntada de Mídia Eletrônica com CD-ROM, fls. 28-29 e Relatório Circunstanciado com assinatura do sujeito passivo, fls. 30-32.

A lide é simples.

A NFCe (Nota Fiscal de Consumidor eletrônica) é um documento eletrônico, parte do SPED, que substituiu as NFCs (Notas Fiscais de Venda a Consumidor) e o cupom fiscal emitido por impressora ECF (Emissor de Cupom Fiscal).

Todos os contribuintes que emitem NFCe também deve apresentar mensalmente a obrigação acessória SPED EFD (Escrituração Fiscal Digital).

O intuito da NFCe é informatizar a emissão do cupom fiscal efetuando a comunicação com a SEFAZ para cada venda, dessa forma registrando cada



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

venda que poderá ser consultada posteriormente pelo cliente. Diferentemente do antigo Cupom Fiscal, a NFCe é gerada nos registros C100 a C190, mesmo bloco de registros em que a NFe (modelo 55) é escriturada atualmente.

A NFCe também tem um DANFe (Documento Auxiliar, impresso em papel) que contém a chave de acesso e o *QR Cod* da NFCe para que o consumidor consulte a sua regularidade.

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Receita Federal do Brasil. Estes arquivos devem ser assinados digitalmente e transmitidos, via internet, ao ambiente SPED.

Os dados da NFCe devem ser informados nos registros C100 e C190 do SPED EFD-ICMS/IPI:

**Registro C100** - este processo tornou-se bem mais simples do que os lançamentos realizados antes pelo uso do ECF (Emissor Cupom Fiscal), onde ocorria os registros C400 a C495. Não devem ser informados os campos COD\_PART, VL\_BC\_ICMS\_ST, VL\_ICMS\_ST, VL\_IPI, VL\_PIS, VL\_COFINS, VL\_PIS\_ST e VL\_COFINS\_ST. Os demais campos seguirão a obrigatoriedade definida pelo registro. COD\_MOD é de preenchimento obrigatório para NFe, COD\_MOD igual a "55", de emissão própria ou de terceiros e para NFCe, COD\_MOD igual a "65".

**Registro C190** - Este registro tem por objetivo representar a escrituração dos documentos fiscais totalizados por CST, CFOP e Alíquota de ICMS.

Importante: O somatório dos valores deste campo deve, em princípio, corresponder ao valor total do documento informado no registro C100.

A emissão de Nota Fiscal eletrônica (NF-e) em substituição à Nota Fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e), referente ao período 06/2016 a 04/2018, está disciplinada no art. 196-V, do Decreto nº 8321/98 antigo RICMS/RO, *in verbis*:





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

*"Art. 196-V. Quando já houver sido emitida a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - NFC-e, modelo 65 e, por qualquer motivo, seja necessária a emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, para a mesma operação, o contribuinte poderá: (AC pelo Dec. 20931, de 14.06.16 - efeitos a partir de 14.06.16)*

*I - Se estiver dentro do prazo estabelecido, cancelar a NFC-e, modelo 65 e emitir a NF-e, modelo 55, com o CFOP correspondente à operação;*

*II - Se já houver ultrapassado o prazo limite de cancelamento da NFC-e, modelo 65, emitir a NF-e, modelo 55, com o CFOP 5929, referenciando em campo próprio, a chave de acesso da NFC-e, modelo 65, anteriormente emitida."*

Em face à omissão do Anexo Único do Manual de Orientações da Escrituração Fiscal Digital - EFD para Contribuintes do Estado de Rondônia, no citado período, a escrituração dos documentos fiscais é efetuada com base nas orientações gerais contidas no Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital, o qual preceitua que:

*"[...]Exceção 4: Notas Fiscais emitidas por regime especial ou norma específica (campo COD\_SIT igual a "08"). Para documentos fiscais emitidos com base em regime especial ou norma específica, deverão ser apresentados os registros C100 e C190, obrigatoriamente, e os demais registros "filhos", se estes forem exigidos pela legislação fiscal. Nesta situação, para o registro C100, somente os campos REG, IND\_OPER, IND\_EMIT, COD\_PART, COD\_MOD, COD\_SIT, NUM\_DOC e DT\_DOC são de preenchimento obrigatório. A partir do mês de referência abril de 2012 a informação do campo CHV\_NFE passa a ser obrigatória neste caso para modelo 55. Os demais campos, com exceção do campo NUM\_ITEM do registro C170, são facultativos (se forem preenchidos, inclusive com valores iguais a Zero, serão validados e aplicadas as regras de campos existentes) e deverão ser preenchidos, quando houver informação a ser prestada. Exemplos: a) Nota fiscal emitida em substituição ao cupom fiscal – CFOP igual a 5.929 ou 6.929 – (lançamento efetuado em decorrência de emissão de documento fiscal relativo à operação ou à prestação também registrada em equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, exceto para o contribuinte do Estado do Paraná, que deve efetuar a escrituração de acordo com a regra estabelecida na tabela de código de ajustes e para outras UF onde a regulamentação seja diferente)[...]"*



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Cabe esclarecer que a regulamentação específica citada no Guia Prático só foi trazida com a Instrução Normativa 027/2018/GAB/CRE de 10 de julho de 2018. Publicada no DOE nº 129, de 18.07.18, errata publicada no DOE nº 136, de 27.07.18, a qual acrescentou o código de ajuste "RO20000006 - estorno de débito - NFE emitida em decorrência de emissão de NFC-e - CFOP 5929/6929" conforme art. 1, I da citada IN que modificou a IN 005/2012/GAB/CRE.

*Art. 1º. Ficam acrescentados, com a seguinte redação, os dispositivos adiante enumerados ao "Manual de Orientações da Escrituração Fiscal Digital para Contribuintes do Estado de Rondônia", constante no Anexo Único da Instrução Normativa N. 005/2012/GAB/CRE: I - o Código de Ajuste adiante enumerado à Tabela 5.3 - Anexo II: CÓDIGO DESCRIÇÃO DATA INICIAL DATA FINAL RO20000006 Estorno de débito - NFE emitida em decorrência de emissão de NFC-e - CFOP 5929/6929 01052018*

Em virtude disso, compreende-se que somente foi instituída a obrigatoriedade de escrituração de todos os campos do Registro C100 para as hipóteses em que há emissão NF-e à NFC-e com a publicação da Instrução Normativa 027/2018.

Para mais informações acesse:

[https://www.sefin.ro.gov.br/portalsefin/anexos/IN12-005---ANEXO--MANUAL-DE-ORIENTACOES-EFD-JANEIRO\\_2012---REVOGADO.pdf](https://www.sefin.ro.gov.br/portalsefin/anexos/IN12-005---ANEXO--MANUAL-DE-ORIENTACOES-EFD-JANEIRO_2012---REVOGADO.pdf)

<http://sped.rfb.gov.br/estatico/8E/30D14E7E212F3839317FF58530DB92D7A83464/GUIA%20PR%c3%81TICO%20DA%20EFD%20-%20Vers%c3%a3o%202.0.19.pdf>

A IN 005/2012/GAB/CRE foi revogada pela IN 33/2018 05 de setembro de 2018. Publicada no DOE Nº 167, de 11.09.18. Errata publicada no DOE nº 196, de 25.10.18 que está em vigor mantendo este código de ajuste na PARTE 3 (Renomeado pela IN 9/20 – efeitos a partir de 1º.03.2020) Redação original: ANEXO II



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Tabela 5.3 - Ajustes e informações de valores provenientes de documento fiscal (ANEXO ÚNICO). O Ajuste RO20000006 tem data inicial 01/05/2018.

Portanto, o sujeito passivo desincumbiu-se da infração imputada e o auto de infração deve declarado improcedente.

Em face de todo o exposto, respeitando os entendimentos em contrário, conheço do Recurso de Ofício interposto negando-lhe o provimento. Mantenho a Decisão proferida em Primeira Instância que julgou improcedente a autuação fiscal

É como voto.

Porto Velho-RO, 20 de Setembro de 2022.

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**

**PROCESSO** : Nº 20192701900024  
**RECURSO** : DE OFÍCIO Nº 0550/2020  
**RECORRENTE** : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDA** : R. R. DE OLIVEIRA COM. DE COMB. ME.  
**RELATOR** : ROBERTO VALLADÃO ALMEIDA DE CARVALHO

**RELATÓRIO** : Nº 297/2021/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

**ACÓRDÃO Nº 323/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN**

**EMENTA** : **MULTA – OMISSÃO DE REGISTROS OBRIGATÓRIOS OU ESPECÍFICOS – EMISSÃO DE NFE DEPOIS DE EMITIDA NFCE – REGISTROS DE VALORES COM VALOR ZERO NA EFD – INOCORRÊNCIA** – Não deve prevalecer a ação fiscal baseada na omissão de preenchimento de campos do SPED Fiscal. O sujeito passivo emitiu Nota Fiscal Eletrônica, modelo 55, CFOP 5929 e 6929 com valores diferentes de zero e fez o registro com valor zerado. Fato correto na época de acordo com o Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital ICMS, pois os consumidores exigiram a emissão deste documento, posteriormente a emissão da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, modelo 65. Neste caso específico, o registro da NFe deve ser com campo zero para não gerar duplicidade de imposto. Mantida a decisão de primeira instância que julgou improcedente o auto de infração. Recurso de Ofício Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade, em conhecer o Recurso de Ofício interposto para ao final negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou **IMPROCEDENTE** a autuação, conforme Voto do Julgador Relator, constantes dos autos, que passa a fazer parte integrante da vertente decisão. Participaram do Julgamento os Julgadores: Roberto Valladão Almeida de Carvalho, Leonardo Martins Gorayeb, Juarez Barreto Macedo Júnior e Fabiano Emanuel Fernandes Caetano.

TATE, Sala de Sessões, 20 de setembro de 2022.